

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**BRUNA SENA DUARTE**

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

**MARIANA - MG  
Dezembro de 2019**

## **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto sob a orientação da docente M<sup>a</sup> Taciane Couto Gonçalves.

MARIANA - MG  
Dezembro de 2019

D812s

Duarte, Bruna Sena.

Serviço Social E Educação Básica no Brasil [manuscrito] / Bruna Sena Duarte. - 2019.

53f.:

Orientadora: Profª. MScª. Taciane Couto Gonçalves.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Educação - Teses. 2. Serviço social - Teses. 3. Educação básica - Teses. I. Gonçalves, Taciane Couto. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)

BRUNA SENA DUARTE



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Bruna Sena**

### SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Membras da banca

Taciane Couto Gonçalves - Mestra - Universidade Federal de Ouro Preto  
Juliana Aparecida Cobuci Pereira - Mestra - Universidade Federal de Ouro Preto  
Kesia Silva Tosta - Doutora - Universidade Federal de Ouro Preto

Versão final  
Aprovado em 06 de dezembro de 2019

De acordo

Professora Orientadora Taciane Couto Gonçalves



Documento assinado eletronicamente por **Taciane Couto Gonçalves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/12/2019, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0029420** e o código CRC **809CD2B4**.

“Se a educação sozinha não  
transforma a sociedade, sem ela  
tampouco a sociedade muda.”  
Paulo Freire

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus por essa realização. À minha família, amigos e filhos. E pela orientação paciente da docente Taciane.

## RESUMO

O presente trabalho tem por tema a interlocução entre Serviço Social e a área da Educação buscando contribuir com as discussões sobre o exercício profissional do/a assistente social dentro das escolas públicas de ensino básico, problematizando a necessidade e as possíveis contribuições que esse/a profissional levaria para esses espaços. Trata-se de uma pesquisa teórica que parte, basicamente, da revisão bibliográfica no âmbito do Serviço Social, consultando como fonte de dados a literatura produzida e divulgada nos principais periódicos da profissão (Katályses, Temporalis e Serviço Social e Sociedade), e da pesquisa documental, por tratar dos impasses legais para garantir a inserção profissional na área da Educação básica. Em termos de estruturação do trabalho, o primeiro capítulo aborda os fundamentos da educação no capitalismo bem como a consolidação da educação formal escolarizada enquanto política social (especificamente, alguns aspectos da política de educação no Brasil). O capítulo seguinte trata do significado social do Serviço Social e a relação da profissão com a Educação básica a partir de um estudo da arte da produção teórica (sendo que, neste ponto, o recorte temporal é de 2009-2019 e as fontes são artigos acadêmicos de três revistas científicas acima citadas). Diante da baixa produção teórica sobre o trabalho profissional na Educação básica (possivelmente, decorrente da incipiente inserção) poderíamos inferir que o Serviço Social tem grande afinidade com a Educação, tanto em seu sentido mais amplo (pensando que a reprodução das relações sociais implica em processos educativos dos mais variados tipos) como em seu sentido mais restrito de educação formal escolarizada (pensando a política social como espaço sócio-ocupacional para a profissão).

**Palavra-chave:** Educação, Serviço Social, Educação básica, Trabalho profissional.

## ABSTRACT

The present work has as its theme the dialogue between Social Work and the Education area seeking to contribute to the discussions about the professional practice of the social worker within the public elementary schools, problematizing the need and the possible contributions that this professional would lead to these spaces. This is a theoretical research that starts, basically, from the bibliographic revision in the scope of Social Work, consulting as a data source the literature produced and published in the main journals of the profession (Katályses, Temporalis and Social Work and Society), and the research. documentary, as it deals with the legal impasses to guarantee the professional insertion in the area of the Basic Education. In terms of work structuring, the first chapter addresses the foundations of education in capitalism as well as the consolidation of formal school education as a social policy (specifically, some aspects of education policy in Brazil). The next chapter deals with the social meaning of Social Work and the relationship between the profession and basic education based on a study of the art of theoretical production (at this point, the time frame is from 2009-2019 and the sources are academic articles). from three scientific journals mentioned above). Given the low theoretical production on professional work in basic education (possibly due to the incipient insertion) we could infer that Social Work has a strong affinity with Education, both in its broadest sense (thinking that the reproduction of social relations implies processes various types) as in its narrowest sense of formal school education (thinking social policy as a socio-occupational space for the profession).

**Keyword:** Education, Social Work, Basic Education, Professional work.

## **LISTA DE SIGLAS**

CRESS - Conselho regional de Serviço Social

CEC - Comissão de educação e Cultura

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CE - Comissão de educação

CAS - Comissão de assuntos sociais

CSSF - Comissão de seguridade social e família

PL - Projeto de lei

MEC - Ministério da educação

SEE - Secretaria estadual de educação

CEE - Conselho estadual de educação

DRE Delegacia regional de educação

SME - Secretaria municipal de educação

CME - Conselho municipal de educação

EAD - Educação a distancia

LDB - Lei de diretrizes e base da educação

PL - Projeto de lei

## SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO E TRABALHO INSERIDOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	10
1.1 Fundamentos do trabalho e da educação na sociedade capitalista .....	10
1.2 A política de educação no Brasil .....	22
CAPÍTULO 2 - SERVIÇO SOCIAL NA POLITICA DE EDUCAÇÃO .....	31
2.1 Significado social da profissão .....	31
2.2 Serviço Social e educação: apontamentos sobre uma interlocução possível.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	53

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho se refere à interlocução entre Serviço Social e educação, mais especificamente, a possibilidade de inserção dos/as profissionais da área dentro das instituições de ensino básico, nas escolas públicas no Brasil. Das motivações para abordar esse assunto sobre a função e importância de um/a assistente social dentro das escolas públicas encontra-se o fato pessoal de ser uma dentre centenas de trabalhadores/as usuários/as da política pública de educação. Por ter filhos estudando em escola pública, presencio de perto a realidade das escolas e todas as problematizações que ali ocorrem, que vão além da capacidade dos/as professores/as e demais funcionários/as resolverem, sobrecarregando-os/as e, por vezes, prejudicando o aprendizado dos/as alunos/as.

Percebo a dificuldade de professores e direção entenderem os aspectos sociais que interferem diretamente no desenvolvimento escolar e pensarem soluções para tal. Por entender que as expressões da questão social existem também nas escolas, interessou-me investigar e pensar sobre as colaborações possíveis de um assistente social para o enfrentamento dessas expressões, quais planos de ação caberiam nesses espaços, as possibilidades e limitações do profissional no âmbito escolar, etc.

A escola, assim como tantas outras instituições inscritas nos processos de reprodução social da ordem capitalista, é utilizada, a princípio, como um forte instrumento de manutenção do *status quo*. Contudo, como o contraditório é um elemento intrínseco a dinâmica social, sempre há a possibilidade de disputa de projetos e interesses no âmbito das instituições burguesas. Logo, a mesma escola que tende a servir ao projeto hegemônico do capital, pode ser direcionada por projetos contra-hegemônicos da classe trabalhadora organizada e, dessa maneira, possibilitar o desenvolvimento de ações de conscientização, de proporcionar senso crítico às pessoas, as tornando capaz de compreender a realidade vivida, possibilitando que sejam capazes de achar meios para mudanças.

Tendo também a possibilidade de construir uma participação ativa dos pais, alunos e comunidade, conscientizando a todos e trazendo a perspectiva de

uma emancipação humana, que também é uma função da educação, e não somente de ensinar o que é estabelecido no plano de ensino. Dentro desse contexto, esse trabalho possibilita saber como o/a assistente social que se orienta pelos valores e princípios do atual projeto ético-político poderia contribuir com o atendimento dos interesses da população usuária da política de educação e com o fortalecimento dos interesses do projeto contra-hegemônico dentro das escolas.

A metodologia utilizada foi através de levantamento bibliográfico de autores que abordam o tema sobre educação e Serviço Social, assim como pesquisa feita através de revistas online *Temporalis*, *Katályses* e *Serviço Social e Sociedade*. Filtrando arquivos que tratassem sobre o mesmo tema abordado nesse trabalho. Englobando os assuntos sobre como ocorre o trabalho e a educação dentro de uma sociedade capitalista, o Serviço Social implantado nas políticas de educação, o significado social da profissão de Serviço Social e as particularidades que ocorrem através da intervenção social no âmbito das políticas sociais.

Em termos de estruturação do trabalho, o primeiro capítulo aborda os fundamentos da educação no capitalismo bem como a consolidação da educação formal escolarizada enquanto política social (especificamente, alguns aspectos da política de educação no Brasil). O segundo capítulo tratará do significado social do Serviço Social e a relação da profissão com a Educação básica a partir de um estudo da arte da produção teórica (sendo que, neste ponto, o recorte temporal é de 2009-2019 e as fontes são artigos acadêmicos de três revistas científicas acima citadas).

## **CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO E TRABALHO INSERIDOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

### **1.1 Fundamentos do trabalho e da educação na sociedade capitalista**

Para compreender como o trabalho se configura dentro de uma sociedade capitalista, se faz necessário entender primeiramente a concepção sobre trabalho. Para isso trarei os fundamentos ontológicos da categoria trabalho de acordo com Marx e Engels na obra Ideologia Alemã.

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material (MARX; ENGELS, 1867, p.11).

É através do trabalho que o homem se diferencia dos outros animais, esse trabalho ocorre por meio da relação homem e natureza, onde o homem transforma o que a natureza oferece em materiais necessários para sua sobrevivência. Passando assim a controlar as condições que os cercam.

A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deveremos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são, O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção. Esta produção só aparece com o aumento da população e pressupõe a existência de relações entre os indivíduos (MARX; ENGELS, 1867, p.11).

Quando homens e mulheres transformam a natureza, não esta somente produzindo bens materiais necessários para a sua sobrevivência, mas também produzindo a si mesmo e as suas relações sociais. Ou seja, o ser social se

transforma e se cria, assim como faz com todas as relações sociais, por meio do trabalho coletivo.

Sendo assim o trabalho aparece aqui como fundamento da vida social, onde ele faz a relação ser social e natureza acontecer. E é a partir dessa relação, que surgem algumas ideias, valores, instituições e demais esferas da vida social.

Engels e Marx (2006) ainda falam que a forma dessas relações é por sua vez condicionada pela produção. Ou seja, pelo modo de produção, as condições e meios necessários para se realizar essa produção, as relações que ocorrem a partir daí, levam a divisão do trabalho. Sabendo que a divisão do trabalho corresponde a especialização de tarefas com funções específicas, onde o/a trabalhador/a se especializa somente em uma parte do que se está produzido, a mesma já se teria registrado há tempos dentro das famílias, onde acontece uma repartição desigual entre seus membros, sendo a mulher e os filhos propriedades do marido.

[...] a divisão natural do trabalho na família e sobre a divisão da sociedade em famílias isoladas e opostas, implica simultaneamente a repartição do trabalho e dos seus produtos, distribuição desigual tanto em qualidade como em quantidade; dá portanto origem à propriedade cuja primeira forma, o seu germe, reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravatura, decerto ainda muito rudimentar e latente na família, é a primeira propriedade, que aqui já corresponde aliás à definição dos economistas modernos segundo a qual é constituída pela livre disposição da força de trabalho de outrem. (MARX; ENGELS, 1867, p.37).

Para os autores, a divisão do trabalho é um processo importante dentro do contexto histórico. É através da divisão do trabalho que diferentes formas de propriedades surgiram, determinando assim a relação dos indivíduos. De acordo com os autores, essas propriedades são divididas em Tribal, Comunal e Estatal, Feudal. A primeira propriedade se refere a uma fase não desenvolvida da produção, onde ocorria a divisão natural do trabalho, explorando a natureza para sua sobrevivência. A segunda propriedade se dá pelo agrupamento de várias tribos para formar uma cidade, por contrato ou por conquista, causando a escravidão. Nessa fase, a divisão do trabalho é mais desenvolvida, tendo separação entre cidade e campo e relações de classe aparentes. A última propriedade é representada pelos pequenos camponeses, pequenos produtores da época.

Dentro desse contexto, o feudalismo passa por um desenvolvimento, é quando a nobreza passa a dominar os servos, tendo a divisão do trabalho entre o campo e a cidade.

Portanto, durante a época feudal, o tipo fundamental de propriedade era o da propriedade fundiária à qual estava submetido o trabalho dos servos, por um lado, e, por outro, o trabalho pessoal apoiado num pequeno capital e regendo o trabalho dos oficiais. A estrutura de cada uma destas duas formas era condicionada pelas limitadas relações de produção, a agricultura rudimentar e restrita e a indústria artesanal. Aquando do apogeu do feudalismo, a divisão do trabalho foi muito pouco impulsionada: cada país continha em si mesmo a oposição cidade-campo. A divisão em ordens era muito acentuada mas não encontramos nenhuma outra divisão de trabalho importante fora da separação entre príncipes, nobreza, clero e camponeses no campo, e mestres, companheiros e aprendizes, e posteriormente uma plebe de jornaleiros, nas cidades. Na agricultura, essa divisão tornava-se mais difícil pela existência da exploração parcelar, paralelamente à qual se desenvolveu a indústria doméstica dos próprios camponeses; na indústria, não existia divisão do trabalho dentro de cada ofício, e muito pouca entre os diferentes ofícios. A divisão entre o comércio e a indústria existia já nas cidades antigas, mas só mais tarde se desenvolveu nas cidades novas, quando estas iniciaram contatos mútuos (MARX; ENGELS, 1867, P.18).

Nesse processo, o que Marx chama de “indivíduos determinados” formam entre si relações políticas e sociais, que são determinadas através da vinculação que acontece entre a estrutura social, política e do modo de produção. Marx frisa que homens e mulheres são dependentes pelo modo de produção de sua vida material. Fazendo dessa forma, parte do processo de desenvolvimento, ou seja, da história.

Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-se a consciência unicamente como sua consciência. (MARX; ENGELS, 1867, p.21).

Essa linguagem e consciência surgem da necessidade de interação com outros seres sociais. Sendo assim, a consciência (bem como as demais esferas da vida social) é um resultado da relação social.

A partir daí, Marx e Engels apontam a diferença entre interesse individual e interesse coletivo, que é de onde surge a contradição. Através do interesse coletivo surge o Estado, o que eles chamam de “comunidade ilusória”, fundamentado nos laços existentes entre família, tribo e classes. Marx e Engels (1867, p.37) também dizem que “a classe que aspira ao domínio, [...] deve antes de tudo conquistar o poder político[...]”, que seria a representação do interesse geral.

Precisamente porque os indivíduos só procuram o seu interesse particular - que para eles não coincide com o seu interesse coletivo, pois a universalidade é apenas uma forma ilusória da coletividade - esse interesse apresenta-se como um interesse particular que lhes é «estranho» e «independente», e que simultaneamente é um interesse «universal especial e particular; ou então oscilam no selo deste dualismo, como acontece na democracia. Por outro lado, o combate prático destes interesses particulares, que se chocam constante e realmente com os interesses coletivos e ilusoriamente coletivos, torna necessário a intervenção prática e o refreamento através do interesse «universal» ilusório sob a forma de Estado (MARX; ENGELS, 1867, p.39).

Já o poder social, “comunidade ilusória”, gera alienação entre os homens e seus produtos, que são intercambiados pela sociedade civil.

O poder social, quer dizer, a força produtiva multiplicada que é devida à cooperação dos diversos indivíduos, a qual é condicionada pela divisão do trabalho, não se lhes apresenta como o seu próprio poder conjugado, pois essa colaboração não é voluntária e sim natural, antes lhes surgindo como um poder estranho, situado fora deles e do qual não conhecem nem a origem nem o fim que se propõe, que não podem dominar e que de tal forma atravessa uma série particular de fases e estádios de desenvolvimento tão independente da vontade e da marcha da humanidade que é na verdade ela quem dirige essa vontade e essa marcha da humanidade (MARX; ENGELS, 1867, p.41).

É possível observar que as diferentes gerações, explorando os materiais, capitais as forças produtivas que foram passadas a elas por gerações anteriores, compõem a histórias sobre o trabalho, sua divisão e as consequências dessa divisão e dominação de uma classe sob outra.

[...] por consequência, é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária. Esta soma de forças de produção, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo o cada geração encontram como dados já existentes é a base concreta daquilo que os filósofos consideram como “substância” e “essência do homem”, daquilo que aprovaram e daquilo que

combateram, base concreta cujos efeitos e cuja influência sobre o desenvolvimento dos homens não são de forma alguma afetados pelo fato de os filósofos se revoltarem contra ela na qualidade de “Consciência de si” e de “Únicos”. São igualmente essas condições de vida, que cada geração encontra já elaboradas, que determinam se o abalo revolucionário que se reproduz periodicamente na história será suficientemente forte para derrubar as bases de tudo quanto existe; os elementos materiais de uma subversão total são, por um lado, as forças produtivas existentes e, por outro, a constituição de uma massa revolucionária que faça a revolução não apenas contra as condições particulares da sociedade passada mas ainda contra a própria “produção da vida” anterior, contra o “conjunto da atividade” que é o seu fundamento [...] (MARX; ENGELS, 1867, p. 51).

Sendo assim, entendes-se que a consciência é feita por pessoas singulares, em contato prático com a produção do mundo. Marx e Engels afirmam que a concepção da história não é idealista, ela é real e dialética, sendo explicada pela produção da vida real e pela relação dos homens com a natureza. Para os autores, uma das maiores forças da história é a divisão do trabalho e a necessidade da revolução do proletariado.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas ideias são, portanto, as ideias dominantes da sua época (MARX; ENGELS, 1867, p.62).

Para os autores, quem dispõe dos meios de produção material tem a sua disposição os meios para a (re)produção intelectual, de maneira que as ideias e compreensão de mundo que predominam no bojo das relações sociais num dado tempo histórico são as que legitimam e justificam a dominação dos mesmos e, apesar de representarem interesses privados, são tomadas como universais e as que devem ser seguidas por toda a sociedade. Ou seja, a classe que detém

os meios de produção, criam mecanismos que assegurem a dominação da forma de pensar.

E esse processo ocorre durante toda a história, uma classe sempre dominando a outra e, na atualidade, o capital no centro de toda essa dominação e desigualdade. Marx e Engels em *A ideologia alemã*, defendem a queda da classe burguesa e a soberania do proletariado, rompendo com a antiga sociedade burguesa fazendo surgir uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada. O que não ocorreu, e tudo isso reflete no modo como se dá a educação no capital, como ocorre o educar, dentro de uma sociedade capitalista.

Educação (enquanto esfera da vida social) e trabalho (enquanto categoria fundante do ser social) estão profundamente relacionados entre si, onde um exerce grande influência sobre o outro, assim como são afetados pelas contradições da sociedade capitalista na qual se inscrevem. Mészáros (2005) afirma que para que seja possível pensar em uma sociedade tendo o ser humano como parâmetro é preciso a superação da lógica do capital. Nesse sentido, o autor apresenta em seu livro a discussão sobre qual o papel da educação nesse possível rompimento com a lógica capitalista, como construir uma educação que tenha o ser humano como foco principal, fazendo assim que seja possível uma educação capaz de causar transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. Rompendo com seu caráter de mercadoria, que a educação adquiriu estando dentro da sociedade capitalista.

Poucos negariam hoje que a educação e os processos de reprodução mais amplos estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas para além do acordo sobre este simples facto os caminhos dividem-se severamente. Pois, caso um determinado modo de reprodução da sociedade seja ele próprio tido como garantido, como o necessário quadro de intercâmbio social, nesse caso apenas são admitidos alguns ajustamentos menores em todos os domínios em nome da reforma, incluindo o da educação (MÉSZÁROS, 2005, p. 25)

Ou seja, se a estrutura do sistema capitalista se manter intacta, não haverá possibilidades de mudança na educação. Já que o sistema do capital em sua totalidade, de acordo com o autor, é irreformável e incorrigível, somente o esforço simultâneo em romper com a lógica do capital logrará conquistas efetivas

na educação de forma geral e no ensino escolarizado em particular. Sendo assim, a base das aspirações emancipatórias não pode legitimar e perpetuar o próprio sistema capitalista. É preciso ver nesta ordem social os defeitos estruturais para que as determinações do capital sejam de fato superadas, viabilizando uma real emancipação não só da educação mas de todas as demais esferas da vida social.

Para Mészáros, a partir da tomada de consciência e de ações coletivas dos indivíduos, poderia se libertar a população dessa situação de dominação que o capital exerce.

Para entender como essa dominação ocorre, basta fazer uma breve reflexão sobre a educação e sua materialização nas escolas. O que se aprende nas escolas, na maioria das vezes, não serve como um aprendizado emancipatório, capaz de formar um pensamento crítico no indivíduo, que o faça conhecer e entender o mundo a sua volta, a cultura do seu país, a desigualdade existente, etc. O aprendizado formal se limita às escolas, com um padrão do que deve ser ensinado, para indivíduos completamente diferentes. Seguindo o pensamento de Mészáros (2005), em seu livro *Educação para além do Capital*, a educação ocorre também fora das escolas. Ele diz que “A aprendizagem é, verdadeiramente, a nossa própria vida” (2005, p.48). E ainda, acredita que é fora das escolas onde se concentra a maior parte do conhecimento disponível.

Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muitas aspirações emancipatórias (Mészáros, 2005, p. 59).

Uma sociedade capitalista, ou seja, uma sociedade mercantilizada, está voltada para a circulação de produto e acúmulo de capital. Sendo assim, qualquer área é alvo de exploração do mercado. A mercantilização chega à diferentes espaços, inevitavelmente, incorpora à lógica de acumulação e valorização do capital uma série de serviços, historicamente, tidos como improdutivos, como é o caso da educação.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as

menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 96)

Nesse sentido, quando se fala de educação no modo de produção capitalista, o objetivo mais comumente atribuído à educação é o de preparar as pessoas para o mercado de trabalho e fazer valer as diretrizes do pensamento homogêneo. Seguindo os pensamentos de Mézszáros, o ensino deveria ser usado para subsidiar uma concepção de mundo crítica, capaz de questionar o pensamento dominante.

Há tempos, dentro da sociedade capitalista, as instituições de ensino destinadas à classe trabalhadora já refletiam a desigualdade do tratamento e das oportunidades entre a classe dominante e a classe dominada.

Obviamente, então, as medidas que tinham de ser aplicadas aos “trabalhadores pobres” eram radicalmente diferentes daquelas que os “homens da razão” consideravam adequadas para si próprios. No final tudo se reduzia a relações de poder nuas e cruas, impostas com extrema brutalidade e violência nos primórdios do desenvolvimento capitalista [...] (MÉSZÁROS, 2008, p.42)

O capitalismo educacional atinge a sociedade em vários ângulos, não somente na educação formal, até porque, a educação formal não é a única responsável pela reprodução ideológica. O fato é que sua função acaba sendo a de reproduzir uma sensação de conformismo com o sistema existente, por esse motivo, Mézszáros entende que não cabe a educação formal um papel revolucionário e sim que ela desenvolva ações que atinjam a essência das práticas educacionais como um todo.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2006, p.65).

Ou seja, precisa-se encontrar soluções dentro da própria sociedade capitalista para se superar esta ordem.

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente

enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente. (MÉSZÁROS, 2006, p.47)

Segundo o autor, “a educação não deve qualificar para o mercado”, deve-se pensar a relação da educação com o trabalho e pensar em possibilidades de emancipação humana, como já foi abordado acima. A escola tem um grande poder e dever, já que exerce grande importância no desenvolvimento social, no sentido de “criar” cidadãos conscientes, responsáveis e que atuem na sociedade com o objetivo de transformá-la.

A educação deve ser continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. [...] uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico (Mészáros, 2004, p.12).

Uma educação que capacite o indivíduo e lhe desenvolva um senso crítico, um entendimento político, uma consciência de sua realidade como classe explorada seria uma ameaça ao capital e às classes dominantes. E a ciência dessa intimidação contribuiria para explicar, por exemplo, o fato de em nossa realidade atual o investimento ser cada vez menor na política de educação pública. Explicaria, em alguma medida, o interesse do governo em congelar gastos nas áreas sociais (onde se inclui a educação), assim como a mudança curricular no ensino público, tirando matérias que trazem esse senso crítico e o conhecimento da história de exploração da classe oprimida. Além desses aspectos políticos que reforçam o trato da educação como instrumento de dominação, há o movimento de mercantilizá-la. Em meio as dificuldades e limitações que sucateiam a educação formal pública devido aos vários cortes de recursos públicos, o capital também passa a enxergar na área um nicho de mercado, um espaço de investimento com retorno lucrativo.

Seguindo um pensamento próximo sobre o conceito de trabalho e educação, Saviani (2012) observa:

Como aparelho ideológico, a escola cumpre duas funções básicas: contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da

ideologia burguesa. Cumpre assinalar, porém, que não se trata de duas funções separadas. Pelo mecanismo das práticas escolares, a formação da força de trabalho dá-se no próprio processo de inculcação ideológica. Mais do que isso: todas as práticas escolares, ainda que contenham elementos que implicam um saber objetivo (e não poderiam deixar de conter, já que sem isso a escola não contribuiria para a reprodução das relações de produção), são práticas de inculcação ideológica. A escola é, pois, um aparelho ideológico, isto é, o aspecto ideológico é dominante e comanda o funcionamento do aparelho escolar em seu conjunto. Conseqüentemente, a função precípua da escola é a inculcação explícita da ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalçamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária. (2012, p.26).

Ou seja, percebemos como a escola pode operar para impor aos indivíduos opiniões e ideias que acabam moldando comportamentos e modos de interpretar a realidade. Os/As alunos, acabam recebendo e absorvendo os conteúdos que passam a representar uma verdade inquestionável, tendendo à naturalizar as contradições sociais. As distinções da democracia atual com suas classes dominantes e dominadas, reforça a escola como aparelho ideológico do Estado. A dominação burguesa, através daqueles que conseguiram algum sucesso e ocupam altas posições administrativas, possuem fortes instrumentos de repressão contra eventuais e tímidos protestos da classe dominada. Neste caso, a marginalidade é a própria classe trabalhadora, que sufocada pelo poder estatal tem que se limitar a cumprir seu papel em cima de normas e leis vindas da classe dominante, que visam somente manter seus interesses e o poder.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Saviani expõe a “teoria da escola dualista”:<sup>1</sup>

[...] a escola, em que pese a aparência unitária e unificadora, é uma escola dividida em duas (e não mais do que duas) grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado (1988, p.35).

Em relação ao que Saviani chama de escola dualista, ele quer dizer que a escola está dividida em duas redes, onde cada uma corresponde a uma classe dentro da sociedade capitalista, a burguesia e o proletariado. Nas escolas voltadas à burguesia, o objetivo seria de preparar futuros intelectuais consumindo de sua própria cultura e ideologia. Já no caso do proletariado, o objetivo seria de preparar para a produção, propondo práticas ideológicas

---

1 Segundo o autor, essa teoria foi elaborada por C.Baudelot e R,Establet e exposta no livro L'école capitaliste em France (1971).

precárias e disfarçadas para mais facilmente se adaptarem a cultura dominante. Até as práticas pedagógicas eram administradas de formas diferentes para cada classe. Em 1834 Os filhos dos burgueses recebiam o ensino de rede secundária superior. Já os filhos da rede dos proletariados, recebiam o ensino de rede primária profissional.

Trazendo assim a reflexão sobre a necessidade da burguesia impedir, de certa forma, o que Saviani se refere como “desenvolvimento da ideologia do proletariado” podendo assim levar a uma luta por mudanças. Mantendo a alienação a exploração ao qual se submetem a classe oprimida.

No quadro da "teoria da escola dualista" o papel da escola não é, então, o de simplesmente reforçar e legitimar a marginalidade que é produzida socialmente. Considerando-se que o proletariado dispõe de uma força autônoma e forja na prática da luta de classes suas próprias organizações e sua própria ideologia, a escola tem por missão impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária. Para isso ela é organizada pela burguesia como um aparelho separado da produção. (SAVIANI, 1988, p. 38).

Este é o aparelho ideológico do Estado Capitalista, que trabalha em proveito da classe dominante e contribui para manter as relações sociais de produção capitalista. Dentro de conceitos preparados para esta escola defensora de interesses burgueses, está o engrandecimento do intelecto e a desvalorização do trabalho manual. Neste caso, a escola aparece como fator marginalizante e não como fator de equalização como se propõe.

[...] a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. Considerando-se que a classe dominante não tem interesse "na transformação histórica da escola (ela está empenhada na preservação de seu domínio, portanto apenas acionará mecanismos de adaptação que evitem a transformação) segue-se que uma teoria crítica (que não seja produtivista) só poderá ser formulada do ponto de vista dos interesses dominados. O nosso problema pode, então, ser enunciado da seguinte maneira:" é possível articular a escola com os interesses dominados? Da perspectiva do tema deste artigo a questão recebe a seguinte formulação: é possível uma teoria da educação que capte criticamente a escola como um instrumento capaz de contribuir para a superação do problema da marginalidade? [...] (SAVIANI, 1988, p.41).

Ao apresentar a teoria da Curvatura da Vara, Saviani justifica um processo de tentativa de ajustes da educação: “quando uma vara está torta ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta.”

(Althusser apud Saviani, 1988, p.35). Sabe-se, que todo ajuste feito na educação, atende aos interesses da classe dominante, para atender ao seu objetivo naquele determinado momento. É preciso, portanto, curvÁ-la para o lado oposto. Ele também afirma que quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática se teve na escola e de que, quando menos se falou em democracia, mais a escola teve articulada com a construção de uma ordem democrática. É nesse momento que Saviani volta na história, para esclarecer suas opiniões.

No Brasil a filosofia da escola nova <sup>2</sup>que propõe escola para todos e que se parece com um benefício para a classe proletária, na verdade era interesse comum da classe dominante. A burguesia pensava que os indivíduos da classe dominada, sendo mais escolarizados, saberiam escolher melhor seus governantes, porém, melhores para a classe dominante somente. Sendo assim, as necessidades que seriam atendidas por esses governantes, seriam somente de uma classe, a burguesa.

Como podemos ver, a burguesia continua a manipular as ferramentas pedagógicas no sentido de manter inalterada a balança social desequilibrada. Observem que mesmo na época atual o Estado beneficia subsidiando o ensino do primeiro grau, para que a classe proletária consiga aprender o mínimo necessário para servir ao seu interesse, pois afinal, uma classe totalmente desescolarizada se revela mais ou menos inútil aos interesses de uma sociedade no nível atual de tecnologia.

De fato, toda prática educativa possui uma dimensão política e toda prática política possui uma identidade educativa. Vê-se que a dimensão pedagógica na política envolve a articulação, a aliança visando o combate aos antagônicos, o mesmo acontecendo na dimensão política na educação com apropriação de instrumentos culturais aplicados na luta contra o antagonismo. A educação neste caso, depende da política no sentido orçamentário e a política depende da educação na preparação de seus indivíduos. O que realmente sucede é que a educação é mais dependente da política do que esta da

---

2 A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais.

educação. Saviani mostra em seu livro, que política e educação são faces opostas da mesma moeda.

## 1.2 A política de educação no Brasil

Segundo expressa a legislação educacional vigente, LDB- LEI 9.394/96

[...] O objetivo da Educação Básica é assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (LDB Art.21 e 22).

A escola é o meio pelo qual se forma e qualifica força de trabalho necessária para a reprodução ampliada do capital e para a manutenção social. Não afirmo que não tenha benefício algum a escola fornecer conhecimento sobre o mercado de trabalho, mas não deveria ser como ocorre, de uma forma alienada, sendo que a educação está articulada direta e indiretamente aos interesses do capital, sendo usada como estratégia de disciplina e controle sob a classe operária, mantendo assim a classe dominante no poder. Tornando assim a educação, ao longo de sua história, sempre classicista. Sendo assim, a educação ao invés de contribuir com o processo de emancipação do indivíduo, tende muito mais a endossar sua alienação.

Dentro do capitalismo, a educação escolar é a forma mais desenvolvida da atividade educativa. Pois quando entra na escola, o indivíduo tem o primeiro contato com regras (além das de casa) normas, objetivos que são estabelecidos para ele pela sociedade.

De acordo com o pensamento de Marx, tudo está sempre mudando e é através dos conflitos (luta de classes) que essas mudanças acontecem. Sabemos que no capitalismo o que sempre prevalece são as vontades da classe dominante. Com as crises e mudanças que o capitalismo sempre sofre, a educação passa a ter um valor econômico, quando passa a ser vista como uma forma de qualificar o/a trabalhador/a. Para Meszáros, não tem como negar a relação entre os processos educacionais e os processos sociais, num movimento em que se percebe ser possível aplicar reformulações na educação

sem, contudo, se garantir a transformação da sociedade. A contradição presente nesse contexto é como pensar em reformas dentro da lógica imutável do modo de produção capitalista.

Dentro das escolas, que são instituições inseridas nessa realidade em que prevalecem os interesses do capital, educar é como preparar o/a trabalhador/a para a venda da própria força de trabalho, onde o capital determina o que se deve ensinar nas escolas. De acordo com Mészáros, a educação institucionalizada cumpre funções essenciais no capitalismo, que seria a produção de mão de obra para a expansão do capital e a transmissão de valores que legitimam os interesses das classes dominantes. Então a educação oferecida nas escolas não seria uma educação humana, já que sua centralidade está voltada para o capital.

A educação institucionalizada, especialmente, nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade [...]. (MÉSZÁROS, 2005, p.36).

Na visão do autor, a educação deveria levar a formação da consciência socialista, sendo capaz de romper totalmente com o domínio do capital. É importante que a educação esteja enraizada na ideia de transformação social e não na ideia de manutenção da ordem de exploração e opressão vigente.

O preceito ideal e o papel prático da educação no curso da transformação socialista consistem em sua intervenção efetiva continuada no processo social em andamento por meio da atividade dos indivíduos sociais, conscientes dos desafios que têm de confrontar como indivíduos sociais, de acordo com os valores exigidos e elaborados por eles para cumprir seus desafios. (MÉSZÁROS, 2008, p. 89).

Nesse sentido, Mészáros mostra a importância do desenvolvimento da consciência moral do indivíduo, gerando assim a possibilidade do indivíduo fazer suas escolhas de forma consciente e não alienada e imposta. Dentro da sociedade capitalista, o que ocorre com as escolas é que elas se tornam um aparelho de interesse do capital e do Estado, já que é onde se forma os sujeitos que irão ingressar dentro da sociedade capitalista.

Pensando sobre a importância da educação, é de grande urgência uma educação que possa ser usada para transformar a sociedade dessa sua condição capitalista, para trazer uma nova visão de mundo, onde a busca de valorização do capital não seja o alvo principal. Por isso é preciso uma educação que desenvolva a consciência, desenvolva o pensamento crítico, onde o indivíduo passa a ter a capacidade de superar o senso comum conservador, onde o oprimido se torne capaz de ver a opressão que sofre, a existência de quem o explora e oprime e, dessa maneira, possa propor alternativas coletivas à esta realidade.

Saviani apresenta um texto para a 29 reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa e Educação (ANPED), intitulado: “Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e histórico.” No qual o autor argumenta que: “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa” (2007, p. 152).

O trabalho e educação são atividades humanas, ou seja, o homem se humaniza através do trabalho, quando transforma a natureza para suprir suas necessidades, produzindo assim sua própria maneira de ser. Para Marx, é o trabalho que distingue o homem do animal, como já falado no primeiro item desse capítulo, pois nele tem impresso consciência e intencionalidade, diferente do agir por instinto dos demais animais.

Quando não existia a divisão de classe, trabalho e educação aconteciam de forma inseparável, onde o homem aprendia a produzir sua existência na prática, ou seja, aprendia a trabalhar trabalhando, os meios de produção eram utilizados de forma coletiva, e em todo esse processo aconteceu a educação. Porém com o desenvolvimento da produção, o modelo capitalista prosseguiu, ocasionando assim a apropriação privada da terra levando a divisão do trabalho. Levando a sociedade a divisão de classe.

A intenção ao fazer essa breve retomada, é apontar que ao longo da história, a forma de produzir passou por algumas mudanças, trouxe avanços tecnológicos, mas também implicou em diferentes formas de flexibilização e precarização do trabalho, diferentes formas de intensificar a exploração nos diversos ramos da produção, inaugurou o desemprego estrutural, dentre outros desdobramentos. Surgindo novos processos de trabalho. Dentro de todo esse

contexto, é preciso analisar o espaço da educação nesses processos, trazendo assim a possibilidade de compreender qual a relação da educação com o mundo produtivo e com as classes sociais.

O processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes, que por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho (SAVIANI 2007, p.155).

A educação nos ambientes escolares, comumente, vai da educação infantil à graduação de nível superior, onde os conhecimentos adquiridos têm função pessoal e profissional. Assim, dentro desse contexto, a ação de educar tem como objetivo atingir um propósito determinado junto a quem está sendo educado/a, o/a capacitando para exercer sua função nos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos da sociedade da qual faz parte.

Dentro desses espaços de ensino, o processo educativo deveria desenvolver o conhecimento e as habilidades dos alunos, passando para as crianças, jovens e adultos o saber humano, com o objetivo de ensinar a pensar, auxiliar no crescimento intelectual, desenvolver o raciocínio e promover uma formação capaz de gerar transformações sócias.

Quando se refere à educação no sentido formal, educação é qualquer processo contínuo de formação e ensino, da aprendizagem que faz parte de um currículo já determinado, essa educação ocorre dentro de uma instituição, seja ela pública ou privada.

Pensando a escola como ambientes formadores de indivíduos para a sociedade (sociedade essa pautada pela divisão de classes e desigualdade entre elas) infere-se que quanto mais cedo essas crianças forem educadas visando o interesse da classe dominante menos capacidade de resistir a característica de classe dominada esses indivíduos terão.

Mészáros traz em seu livro um importante e marcante momento sobre como o conceito de educação vem sendo usado de forma deturbada ao longo dos anos, ao citar as escolas profissionalizantes, sugeridas por Locke<sup>3</sup>. Que dizia que os/as filhos/as dos/as operários/as eram um fardo, viviam na ociosidade, sugerindo então que fossem criadas escolas profissionalizantes em toda a

---

3 Filósofo liberal e funcionário do estado, durante o século

paróquia, para que esses/as filhos/as de operários/as entre 4 e 13 anos de idade fossem obrigados/as a frequentar, combinando à educação profissional a educação religiosa como duas formas de doutrinar. Para Mészáros, esse conceito mostra que existe diferença na educação oferecida para a classe trabalhadora, seja no que é ensinado, ou com qual finalidade se ensina:

Obviamente, então, as medidas que tinham que ser aplicadas aos trabalhadores pobres eram radicalmente diferentes daqueles que os homens da razão consideravam adequados para si próprio. No final tudo se reduzia a relação de poder nuas e cruas, impostas com extrema brutalidade e violência nos primórdios do desenvolvimento capitalista, independente da forma como elas eram racionalizadas[...] (MÉSZÁROS, 2006, p 43).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Saviani (2007) apresenta a “teoria da escola dualista”<sup>4</sup>:

Os autores se empenham em mostrar que a escola, em que pese a aparência unitária e unificadora, é uma escola dividida em duas (e não mais do que duas) grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. (SAVIANI, 1988, p.35).

Alegando assim a reflexão sobre a necessidade da burguesia impedir, de certa forma, o que Saviani se refere como “desenvolvimento da ideologia do proletariado” podendo assim levar a uma luta por mudanças. Sustentando a alienação a exploração as quais submetem a classe oprimida.

Seguindo o pensamento de Mészáros (2004), a educação não deve qualificar para o mercado, deve-se pensar a relação da educação com o trabalho e pensar em possibilidades de emancipação humana. Acredito que a escola tenha grande poder e dever social. Por ser um lugar que possui notoriamente diferentes tipos de classes, de reflexos do que a desigualdade causa, de possibilidade de contato social dentro e fora da escola. O que é ensinado dentro dessas escolas, de forma padronizada, é uma forma de manter a dominação, a ordem. Para ocorrer uma ruptura do controle que o capital exerce dentro da educação, Mészáros:

Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a

---

4 Essa teoria foi elaborada por C. Baudelot e R. Establet e exposta no livro *L'école capitaliste en France* (1971).

construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico. (2004, p.12).

Uma educação que capacite o indivíduo e lhe desenvolva um senso crítico, um entendimento político, uma consciência de sua realidade como classe explorada seria uma ameaça ao capital e às classes dominantes.

Pensando a política de educação no Brasil, os órgãos responsáveis pela educação, em nível federal, são o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Em nível estadual, se tem a Secretaria Estadual de Educação (SEE), o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Delegacia Regional de Educação (DRE) ou Secretaria de Educação. Por fim em nível municipal, existem a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME).

A educação básica no Brasil é constituída pelo ensino infantil, ensino fundamental e o ensino médio. Há também a educação de nível superior e outras modalidades de ensino como a educação de jovens e adultos (ensino fundamental e médio), Educação profissional e técnica, educação especial, educação a distância (EAD).

Existem dois tipos de instituições de ensino, que são as instituições públicas, criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público. E instituição privada, mantida e administrada por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

De acordo com o Título IV, artigos 8º até o 20º da LDB 9.394/96, as instituições públicas e privadas estão ao cargo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

A União Federal é responsável pelas instituições de educação superior que são criadas e mantidas pelos órgãos federais de educação e também pela iniciativa privada.

Entre suas principais atribuições estão as de elaborar o Plano Nacional de Educação, organizar, manter e desenvolver os órgãos e as instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos territórios, prestar assistência técnica e

financeira aos estados, Distrito Federal e municípios, estabelecer competências e diretrizes para a educação básica, cuidar das informações sobre o andamento da educação nacional e disseminá-las, baixar normas sobre cursos de graduação e pós-graduação, avaliar e credenciar as instituições de ensino superior.

Os estados devem organizar, manter e desenvolver esses órgãos e instituições oficiais de ensino, em regime de colaboração com os municípios, dividir proporcionalmente as responsabilidades da educação fundamental, elaborar e executar políticas e planos educacionais, autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior dos estados e assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.

Municípios são responsáveis, principalmente, pelas instituições de ensino infantil e fundamental, porém, cuidam também de instituições de ensino médio mantidas pelo poder público municipal. Pode optar por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Os municípios devem organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, exercer ação redistributiva em relação às suas escolas, autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino, oferecer educação infantil em creches e pré-escolas e assumir a responsabilidade de prover o transporte para os alunos da rede municipal.

Cada instituição de ensino pode, de maneira democrática, definir suas próprias normas de gestão, visto que cada uma tem suas peculiaridades, levando em conta a região. Porém, essas normas devem também submeter-se aos órgãos citados anteriormente, sem interferir em suas decisões e ordens de organização e estrutura do sistema de ensino.

Mas, como políticas públicas também atendem aos interesses do capital, e como a educação é vista como uma possibilidade de dominação da classe operaria, a política educacional tem suas contradições.

De acordo com o modelo democrático, a escola possui autonomia financeira ao mesmo tempo em que o sistema precisa de um mecanismo para fiscalizar e regularizar a aplicação de recursos públicos. Essa regulação e a fiscalização geram burocracia, o que acaba limitando a autonomia financeira na realidade escolar. Para que esses recursos públicos cheguem até a escola, é

necessário um prazo de entrega do planejamento escolar, análise dos planos, a distribuição de recursos de acordo com as prioridades do sistema, envio e aplicação de verba. Mas na prática, as demandas da escola por recursos financeiros são referentes às necessidades do trabalho pedagógico, trabalho esse que é desenvolvido durante o ano letivo, e essas verbas normalmente chegam somente depois do período previsto para a sua aplicação.

Quando se fala em políticas educacionais também estamos falando dos processos e mecanismos criados pelo Estado para manter e controlar as relações capitalistas. O conjunto das políticas educacionais é demarcado pela forma de organização do Estado e sua relação com a sociedade. Ou seja, as políticas, educacionais formam um tecido social onde os saberes, os discursos, a ordem, a ideologia, o controle se manifestam dentro da realidade com seus aspectos objetivos e subjetivos, onde ocorrem ações especificamente políticas a serviço de determinadas emergências educacionais, sociais, políticas e econômicas.

Na atualidade, as políticas são moldadas pelas transformações ocorridas nas mais diversas instâncias da estrutura e organização da sociedade capitalista, causadas pelo desenvolvimento tecnológico, científico e pelo processo de globalização econômica e pelo neoliberalismo político – ideológico. A política educacional inspirada nesse novo cenário passou a exprimir, nas suas orientações, a prevalência da lógica do mercado, do capital.

É em contextos sociais, políticos e econômicos que as políticas educacionais se desenvolvem. Portanto, em uma sociedade capitalista, as políticas educacionais são formuladas sob princípios que subordinam a educação a ter uma função social e política de uma forma conservadora. O que leva as políticas educacionais a legitimarem e reproduzirem valores e ideologias dominantes. Afetando dessa forma, de inúmeras maneiras, a educação, dando ênfase aqui a educação pública. Basta observar como são formuladas essas políticas educacionais e por quem. Ou seja, essas políticas educacionais são formuladas pelo Estado, visando os interesses de manutenção do capitalismo e de predomínio do poder da burguesia. Por isso, o que vemos, são políticas públicas e educacionais, cada vez menos eficientes.

Os investimentos na educação vem sofrendo cada vez mais cortes, assim como propostas de alterações nos currículos com declarada intenção de se

retirar de matérias importantes para o conhecimento do indivíduo. É necessário, cada vez mais, a conscientização da sociedade, sobre a importância da educação pública, a necessidade de políticas mais eficientes e a proteção da real função da educação.

## CAPÍTULO 2 - SERVIÇO SOCIAL NA POLITICA DE EDUCAÇÃO

### 2.1 Significado social da profissão

Entende-se que o significado social da profissão em Serviço Social só pode ser compreendido no processo que ocorre com a sua inserção na sociedade, ou seja, não se entende a profissão analisando somente as demandas, tarefas e atribuições que lhe são dadas. É preciso analisar o Serviço Social de uma forma mais ampla, para assim entender seu contexto dentro das relações que ocorrem em uma sociedade capitalista, no âmbito das respostas que o Estado e a sociedade constroem diante a questão social<sup>5</sup> e suas mais diversas manifestações.

Para isso, o conceito de reprodução social - que na tradição marxista se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais dentro da sociedade capitalista - torna-se fundamental para a compreensão da profissão. Nesse sentido, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, englobando não somente a reprodução da vida material e do modo de produção mas também a reprodução da espiritual, em que homens e mulheres expressam suas ideias na sociedade, através das práticas culturais, políticas e sociais. Significando portanto uma realidade em constante movimento, no qual as relações sociais atingem a totalidade da vida cotidiana, ou seja, as relações sociais se encontram presentes na família, no trabalho, lazer, escolas e na profissão.

O Serviço Social, sendo uma instituição que está inserida na sociedade capitalista, de acordo com Yamamoto e Carvalho, precisa ser observada sob dois ângulos:

Como realidade vivida e representada na e pela consciência de seu agentes profissionais expressa pelo discurso teórico- ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade

---

5 A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política.

determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (2014, p.73).

Ao analisar a profissão dentro dessa perspectiva, torna-se possível compreender as ligações políticas do exercício da profissão, que acontece e se desenvolve dentro do contexto das relações de classes, ou seja, entender que a prática profissional do Serviço Social passa pelos interesses das classes sociais. Onde o(a) assistente social acaba atendendo tanto os interesses do capital como do trabalho “e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.75).

Sendo uma profissão eminentemente interventiva, o trabalho do/a assistente social apresenta várias dimensões. Levando em consideração os fatores macro-societários e sócio-históricos que conformam o terreno sobre o qual se inscreve o exercício profissional, em diferentes conjunturas registrou-se diferentes maneiras como o(a) assistente social compreendeu o significado do seu trabalho e lhe atribuiu uma determinada direção ético-política, associando o projeto profissional à diferentes projetos societários (lembramos aqui das diferentes matrizes teóricas e filosóficas que já hegemonizaram a profissão em outras épocas, tais como: o neotomismo e a doutrina social da igreja, o positivismo, o funcionalismo, para citar algumas).

Sabe-se que o exercício profissional do(a) assistente social, justamente pelo caráter de intervenção social, demanda do/a profissional uma qualificada e crítica análise da realidade e um permanente exercício de reflexão ética. Colocando em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da formação, o(a) assistente social é preparado/a para conseguir identificar as contradições que lhes são apresentadas incidindo sobre as mesmas. Espera-se que o/a profissional, ao reconhecer no conjunto das demandas profissionais o que seriam as requisições institucionais e o que seriam as demandas do próprio público usuário dos serviços, seja capaz de identificar os limites e possibilidades postos, reconheça as condições de vida e trabalho do sujeito atendido (como vive e constrói suas relações dentro e fora do trabalho), demonstre competência política, teórica e profissional ao realizar as análises da realidade em que se insere e, principalmente, consiga direcionar sua intervenção orientado/a pelo atual projeto ético-político, dentre outras coisas. Tudo isso daria melhores

condições ao/a profissional de perceber quais e em que medida são os efeitos de sua intervenção, pois intervir significa também conhecer, planejar, executar e analisar ações profissionais.

Não é possível eliminar a polarização presente no trabalho do(a) assistente social, já que as classes sociais e seus interesses só existem dentro das relações sociais, que são contraditórias, fazendo com que o mesmo movimento que permite a reprodução da sociedade de classes, reproduza também as possibilidades de mudança.

E é dentro dessa realidade que o Serviço Social se institucionaliza como profissão dentro de uma sociedade capitalista, passando pelas contradições dos vários processos sociais, políticos e econômicos. Sendo assim, se pensarmos nos países industrializados, a institucionalização da profissão esta, de certa forma, associada a intervenção do Estado, intervindo diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora.

A institucionalização e legitimação do Serviço social como profissão, tem como pano de fundo o ingresso do capitalismo no estágio monopolista. Nesse contexto, as várias manifestações da questão social, como a exclusão social, a pobreza e a subalternidade, colocam para a classe dominante e seus representantes no Estado o desafio de intervir de novas formas sobre a mesma. Logo, a emergência e institucionalização da profissão de Serviço Social está relacionada a progressiva intervenção do Estado no processo de regulação social, em um momento em que as consequências da questão social se colocam como objeto de políticas sociais, tendo duas faces de interesse para que essa intervenção do Estado ocorresse: para garantir condições favoráveis ao desenvolvimento capitalista e seus processos de acumulação privada, beneficiando o capital monopolista e no sentido de dar resposta às pressões de mobilização e organização da classe operaria, exigindo que suas necessidades fossem atendidas, tanto as necessidades coletivas como as individuais. Sendo assim, percebe-se que a institucionalização da profissão de uma certa forma, nos países industrializados, associa-se a constante intervenção do Estado nos processos de regulação social.

É através da crescente industrialização e fortalecimento dos monopólios, que a aliança entre Estado e classe dominante se fortalece. Sendo assim, a questão social e o acirramento dos conflitos entre as classes fundamentais

passam a “ameaçar”, de certa forma, a burguesia, pois ela demonstra a fragilidade da ordem social. Já que, à medida que crescia o capitalismo monopolista, crescia também a desigualdade, ao ponto dessa desigualdade ameaçar a hegemonia da burguesia industrial. Sendo assim, o Estado precisava intervir. Sendo no estágio monopolista que surgem e se expandem as políticas públicas, através dessa intervenção do Estado.

O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para esses trabalhadores especializados. A isto se aliam as alterações implantadas pelo empresariado, relativas a administração e gerência industriais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.83).

O(a) assistente social passa a receber ordens diretamente da classe dominante, para atuar junto a classe trabalhadora, obedecendo essas ordens. Dessa forma, a profissão de Serviço Social, se institucionaliza dentro da divisão capitalista do trabalho, contribuindo nos processos de exercício de “poder”, de controle social e ideológico sobre a classe trabalhadora. Já que atua diretamente com o/a trabalhador/a usuário/a da política pública, cria de certa forma uma relação com o/a mesmo/a e pode assim o/a influenciar de diversas formas.

Já que o(a) assistente social exerce suas atividades vinculada, principalmente, as organizações estatais, planejando, operacionalizando e viabilizando o acesso aos serviços sociais para à população, pode-se dizer que dispõe de um poder de selecionar aqueles que tem ou não direito a determinados benefícios, a participar de programas que estão disponíveis. Para se ter acesso a esses benefícios e programas, se tem várias “regras” como limite de renda que a família recebe, se já participa ou não de outros programas, que benefícios o usuário já dispõe, etc. Tudo isso é determinado pelo Estado, porém, quem realiza essa avaliação é o profissional de Serviço Social. Nesse sentido, o/ a assistente social é chamado para ser um “fiscalizador da pobreza”. Mostrando dessa forma, que o(a) assistente social, interfere de várias maneiras e intensidades na vida das pessoas que buscam esses serviços. Mostrando assim, a importância do compromisso social do(a) assistente social, estando sempre seguindo sua formação ética, independente de qual instituição atua.

No Brasil, o Serviço Social se afirmou como profissão “estritamente integrado ao setor público em especial, junto a sociedade civil” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.79). Ou seja, como um dos recursos que o Estado e as empresas (juntamente com a ajuda da igreja católica) mobilizam para o enfrentamento e regulação da questão social.

Ressaltando que, nesse início da consolidação da profissão de Serviço Social, a questão social era interpretada de acordo com o ponto de vista da doutrina social da igreja católica, que atribuía ao conjunto de problemas sociais o sentido de responsabilidade individual dos sujeitos que vivenciavam essas situações, mesmo a questão social sendo resultado das relações sociais dentro de uma sociedade capitalista e marcada pela desigualdade. E é através dessa relação com a igreja que o Serviço Social no Brasil, originalmente, firma a formação de seus objetivos políticos e sociais, através de uma orientação conservadora, e com um discurso que se dizia totalmente contrário ao ideal liberal capitalista e ao ideal Marxista.

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativa da igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto as classes subalternas, particularmente junto a família operaria (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.83).

Com o projeto de industrialização brasileiro no início do século XX, o modo de produção capitalista ganha força no país trazendo consigo seus conhecidos desdobramentos. Vários/as trabalhadores/as empobrecidos/as, passam a apresentar demandas por melhorias na condição de vida e trabalho, pressionando assim o Estado e o patronato por uma ação assistencial. Essa ação surge na sociedade brasileira com um conjunto de estratégias para controlar e amenizar conflitos sociais, dentre as quais inscrevem-se as políticas sociais. Assim o Estado passa a intervir diretamente no processo de relações sociais, tendo o papel de regulador dessas relações.

O Estado também passa a fazer parte das reivindicações dos/as trabalhadores/as, através do reconhecimento legal de sua cidadania, a partir de leis sindicais, trabalhistas e sociais. Abrindo assim, um novo campo de atuação para o(a) assistente social, que até então estava ligado ao campo privado e a

igreja, passando a assumir um lugar na execução das políticas sociais controladas pelo Estado<sup>6</sup>.

Com essa nova forma de enfrentamento da questão social (as políticas sociais) e a vinculação ao Estado da profissão de Serviço Social, o Estado impulsiona cada vez mais a profissionalização do(a) assistente social. Essa vinculação vai intervir também no perfil da população que é o alvo dessa ação do serviço social, passando assim a alcançar um maior número de trabalhadores/as.

Porém, essas ações são planejadas e direcionadas pelo Estado, ou seja, pela classe dominante. As políticas governamentais no âmbito social do Brasil, acabam reforçando o perfil da desigualdade social. É dentro desse contexto, das relações sociais, dentro do processo da divisão social e técnica do trabalho, que o Serviço Social passa a fazer parte de um espaço de profissionalização e assalariamento, se insere no âmbito das políticas sociais, dentro do conjunto de mecanismos reguladores, cumprindo os objetivos que lhe são atribuídos socialmente, mas que ultrapassam sua intencionalidade.

Pois, com a inserção do/a assistente social nessa relação de assalariamento, integrado ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas públicas, ligadas ao Estado para atender as expressões da questão social, a profissão para a ter um caráter não liberal, mesmo com seu reconhecimento legal como profissão liberal<sup>7</sup>.

O serviço social no Brasil, embora regulamentado como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo. O(A) assistente social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que se refere a maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento do "público ou clientela a ser atingida (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 80).

Essas limitações presentes para a intervenção do/a assistente social, deixa claro que a profissão se insere numa relação de compra e venda da força de trabalho ao(a) assistente social, trabalho esse que se torna uma mercadoria,

---

6 Conferir CF Netto em Capitalismo monopolista e Serviço Social e Iamamoto; Carvalho em Relações sócias e Serviço Social no Brasil.

7 Ministério do trabalho – Portaria nº 35 13 de abril de 1949

o espaço de trabalho do(a) assistente social no mercado de trabalho acontece por meio de relações contratuais que define as condições do exercício profissional.

Dentro dessas condições impostas pela divisão social e técnica do trabalho, deve-se considerar o fato do trabalho profissional sempre mediar interesses antagônicos bem como a possibilidade histórica colocada ao conjunto da categoria profissional de poder favorecer os interesses de um pólo pela mediação do seu oposto. Em outras palavras, registra-se na trajetória do Serviço Social brasileiro que, apesar de ter sido originalmente demandado pela classe dominante e tender a fortalecer o seu projeto societário então hegemônico, houve um esforço de parcela da categoria em buscar legitimidade junto à classe trabalhadora, elaborando, por esta razão, um projeto profissional contrário ao projeto social da burguesia.

Pensando nas demandas que são dadas aos profissionais na sociedade brasileira, o Serviço Social vem desenvolvendo sua intervenção junto aos segmentos mais empobrecidos e subalternizados pela sociedade. Intervindo em situações que afetam as condições em que vivem os/as trabalhadores/as usuários/as dos serviços sociais previstos no conjunto de políticas sociais.

Com base nisto, interessa-nos analisar, especificamente, o trabalho que se desenvolve no bojo da política de educação. Tendo a mesma sido apresentada no capítulo anterior, será abordado no próximo item os aspectos do nosso trabalho profissional. Considerando, contudo, a incipiente inserção na área, optamos por levantar e analisara algumas das produções teóricas sobre o tema encontradas em três das principais revistas da categoria profissional: Serviço Social e Sociedade, Temporalis e Katálysis.

## **2.2 Serviço Social e educação: apontamentos sobre uma interlocução possível**

Para o desenvolvimento da análise deste item realizou-se uma revisão bibliográfica em três dos periódicos existentes na área do Serviço Social brasileiro, no caso, nas revistas Katálysis (da Universidade Federal de Santa

Catarina), *Temporalis* (da Universidade Federal do Espírito Santo) e *Serviço Social e Sociedade* (da editora Cortez). A escolha dessas três revistas justifica-se por serem as de maior pontuação pela CAPES<sup>8</sup>, de maior reconhecimento no âmbito da profissão e por estarem disponíveis para acesso na internet (aspecto importante diante do tempo disponível para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa).

As buscas foram feitas nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 2019, tendo como recorte temporal os últimos dez anos de publicação em cada revista (visto não terem disponíveis nos respectivos sites publicações anteriores a 2009). O levantamento implicou no acesso a todos os 79 exemplares e na escolha dos artigos cujos títulos e resumos indicassem se tratar do tema da educação, educação básica e trabalho profissional na educação.

Das 79 edições pesquisadas (*Katálysis* 25, *Temporális* 18 e *Serviço Social e Sociedade* 36), conformou-se um universo de 1005 artigos, dentre os quais foram selecionados para a leitura 9 artigos. Com a leitura desses 9 artigos, constatou-se que apenas 5 abordaram o trabalho do/a assistente social na educação básica.

Destaca-se que não foram encontrados artigos que abordassem o tema em nenhuma das 18 edições da revista *Temporalis*. Já na revista *Katálysis*, os que abordam o tema da atuação do/a assistente social na educação, política educacional e/ou a atuação do assistente social na educação foram em um total de 2 artigos:

1. **Disputa político-econômicas em torno da democratização educacional brasileira no século XXI**, autor: Carlos Felipe Moreira.
2. **Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras**, autores: Doracy Dias Aguiar de Carvalho; Roberto Francisco de Carvalho.

Na revista *Serviço Social e Sociedade* foram encontrados 3 (três) artigos:

---

<sup>8</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. É uma fundação do Ministério da Educação (MEC) responsável, dentre outras coisas, por avaliar os programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil e divulgar e fomentar a produção científica.

1. **Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica**, autora: Aline Maria Batista Machado.
2. **A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuição para este debate**, autora: Simone Eliza do Carmo Lessa.
3. **Dimensão histórica das relações educação e Serviço social: elementos para uma revisão crítica**, autores: Marta von Dentz; Roberto Rafael Dias da Silva.

O artigo de Lessa (2019) inicia abordando o tema do Encontro Nacional de Serviço Social na Educação, que foi realizado em junho de 2012 pelo CEFESS/CRESS em Alagoas, onde foi discutido a vinculação do/a assistente social em escolas públicas. Para se fazer entender a relação que ocorre entre a profissão de Serviço Social e educação, a autora aponta as contradições de interesses por parte do capitalismo e dos trabalhadores em relação a educação. De acordo com Lessa, é preciso entender a importância da educação na produção do capital, para a partir daí, compreender essas contradições existentes. Sendo assim, aponta-se no artigo que existe um grande potencial para o capital produzir condições apropriadas para o melhor desenvolvimento da produtividade e do lucro, a partir da educação aplicada dentro das escolas, para a classe trabalhadora.

Lessa (2019) também traz em seu artigo a relação da educação com a pobreza, que está na capacidade que a educação tem de preparar os mais pobres para uma vida produtiva e empreendedora, ainda que a realidade dentro das escolas seja de inúmeras dificuldades, problemas (reflexo da vida dos sujeitos ali inseridos) e de um ensino cada vez mais deficiente.

Para exemplificar isso de uma forma mais clara, no artigo são citadas consequências causadas pelo modo de produção capitalista, tais como: desproteção social, queda dos padrões de consumo, endividamento da sociedade, empresas, Estados e do financiamento da economia. O capitalismo precisa de uma mão de obra mais qualificada para a produção, criando assim, a necessidade de ampliação de conhecimentos e de um ensino que beneficie o capital nesse sentido. Onde, de acordo com a autora, educar se torna um negócio lucrativo em vários sentidos.

A autora ainda ressalta, que as condições de classe de cada aluno/a, afetam a aprendizagem, já que, quanto mais precárias forem suas condições de vida, mais fragilizadas serão suas possibilidades de aprendizagem.

Sabe-se que nas escolas estão presentes a divisão de classes e as inúmeras expressões da questão social, sendo assim, a profissão de Serviço Social é muito importante dentro desses espaços.

A dimensão educativa de nossa prática nos espaços onde atuamos é visível e fundamental, visto que nossa ação vem sempre acompanhada da palavra, da informação, da troca, da escuta apurada (que deve ser crítica e solidária), do debate, situações em que percepções de mundo são difundidas, analisadas, questionadas. Esta importante característica política e educativa de nossa intervenção profissional se faz presente, como não poderia deixar de ser, também no campo da educação. É bom frisar, porém, que tais condições de trabalho não são específicas do Serviço Social, mas de todos aqueles profissionais que atuam nas ações que configuram a chamada proteção social, em seu amplo escopo. Nesta área, o assistente social tem estado mais recentemente atuando no âmbito da garantia do acesso, da permanência e da valorização da gestão democrática (Almeida, 2003), bem como na execução de programas sociais incorporados ou associados às instituições educacionais (como o Programa Bolsa Família, as cotas nas universidades, a assistência estudantil voltada para diversos segmentos de alunos, as ações formativas no contraturno escolar, a dinamização dos debates sobre temas transversais trabalhados na escola, por exemplo). Com base em nossa experiência profissional acrescentamos que temos também importante papel na construção de análises mais totalizantes em torno das expressões da questão social nos espaços educacionais, de modo a problematizar a percepção dos atores que ali atuam e formam sobre a família contemporânea, sobre as condições de aprendizado dos estudantes, suas condições de vida e trabalho, sua percepção sobre a escola e suas condições de permanência (e identificação) neste ambiente (LESSA, 2013, p.114-115).

A partir da intervenção do/a assistente social, que é um profissional capacitado para lidar com as expressões da questão social dentro das escolas públicas trazendo soluções e colaborando para um melhor ensino, o artigo de Moreira (2019), “**Disputas político-econômicas em torno da democratização educacional brasileira no século XXI**”, traz a realidade que ocorre e os desafios que a política educacional enfrenta, dentro de uma sociedade capitalista. Esse artigo aborda a questão das lutas sociais para que ocorra a emancipação humana dentro das escolas, e que a luta por uma melhor formulação das políticas educacionais se faz necessária.

A perspectiva reformista detida aos limites do escolanovismo, impressa em boa parte das lutas educacionais ao longo da história brasileira, não tende a denotar, espontânea e mecanicamente, um caráter anticapitalista. O seu clímax possível é – considerando as particularidades da formação social no País – uma modernização que

angarie direitos para as maiorias, mas não capaz de alterar a conservação da ordem. (MOREIRA, 2019, p. 8)

Quando se fala de educação pública, capitalismo e classe dominante, essa educação não é planejada como um direito social universal, democrático e de qualidade. Sendo assim, a política educacional no Brasil não ocorre como está na lei. O autor frisa em seu artigo, que o exercício profissional do/a assistente social é afetado por essas disputas político-econômicas em torno da democratização da política de educação e seu compromisso ético exige uma leitura clara da realidade social. Ou seja, o/a assistente social precisa, cada vez mais, de uma apropriação crítica em relação a democracia enquanto processo de disputa pela socialização de poder político e econômico. Esse artigo mostra a importância de uma luta social em defesa da política educacional, diante das atuais condições que são impostas pelo capitalismo classe dominante, tendo em vista a defesa das garantias de acesso à educação. Da permanência e do ensino de qualidade.

Em Carvalho e Carvalho (2019), **“Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras”**, o artigo aponta a importância da democracia, do atendimento da necessidade de todos, do interesse comum quando se trata de políticas públicas. Reforça que a esfera privada e o interesse individual da classe dominante sempre foi algo presente quando se trata do processo educativo. Trazendo o pensamento de que a democratização só ocorrera através de lutas em favor de um projeto de educação que tenha como princípio a democracia participativa e emancipatória.

As conquistas democrático-populares relativas à educação, ocorridas no Brasil, em grande medida, são frutos do engajamento político da sociedade civil nas lutas e disputas por direitos sociais, como os educacionais, formalizados na CF de 1988. Tais direitos consistem em: ensino fundamental obrigatório e gratuito; progressiva universalização do ensino médio gratuito; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência; atendimento em creche e pré-escola às crianças; acesso aos níveis mais elevados do ensino; da pesquisa, democracia e direitos Sociais histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras e da criação artística; atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo; acesso das minorias e dos economicamente desfavorecidos à universidade, entre outros. (CARVALHO, 2016). Entretanto, as conquistas acima aventadas encontram-se constantemente ameaçadas pela elite brasileira e vêm se aprofundando, sobretudo, a partir de 2016, com o governo de Michel Temer, e agora continuadas pelo governo de Bolsonaro, que defende

o aprofundamento da privatização da educação em todos os níveis, conforme as diretrizes neoliberais adotadas no Brasil desde a década de 1990. Como parte da privatização da educação, o PNE 2014-2024 favorece claramente a oferta da educação por instituições privadas, que já comandam 75% das vagas na educação superior (LEHER, 2014). Isso evidencia a subsunção do direito à educação aos interesses mercadológicos do capital, cujo domínio abrange não somente a oferta de vagas, mas, também, o currículo escolar, estruturado em consonância com padrão de reprodução capitalista. A supressão e ameaça aos direitos sociais, como a educação, recoloca, também, a urgência da intensificação das lutas da classe trabalhadora em diversas frentes de ações, dentre estas, o campo ideológico educacional que pode ser importante instrumento no fortalecimento da hegemonia dominante. Contraditoriamente, este campo pode ser também, portador de um projeto ético-político de sociedade capaz de contribuir para a produção de um bloco sociocultural e político de cunho democrático-popular efetivamente democrático e inclusivo (CARVALHO; CARVALHO, 2019, p. 464-465).

A educação, por sua potencialidade de fomentar o senso crítico da realidade, de ser um espaço capaz de transformar a sociedade, sempre foi alvo de tentativas de controlar seu desenvolvimento. Nesse artigo, o que é abordado é todo esse contexto de retiradas de direitos, controle do que se ensina, de investimentos e etc, na educação.

Em Machado (2019), **“Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica”**, é possível compreender o que é educação popular e qual seria sua importância para o Serviço Social. A ideia de educação popular, de acordo com o autor, é a de ser uma educação capaz de levar a emancipação humana. A ligação que ocorre entre a profissão de Serviço Social e educação popular, entre muitos outros aspectos, está no fato de educação popular e serviço social serem capazes de ter um conhecimento popular, pensar no contexto de vida de cada indivíduo e ter a percepção de como isso afeta sua vivência.

Conforme Ferrari (1974), o conhecimento popular é valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível e inexato. Valorativo porque se fundamenta numa seleção operada com base nos estados de ânimos e emoções da vida diária; reflexivo porque apreende a realidade, embora seja limitado pela familiaridade com o objeto, não podendo ser reduzido a uma formulação geral; assistemático porque se baseia na “organização” particular das experiências próprias do sujeito cognoscente; verificável porque se pode perceber no dia a dia, mas limitado ao âmbito da vida diária; e, falível e inexato porque se conforma com a aparência e com o que se ouviu dizer a respeito do objeto, não permitindo a formulação de hipóteses sobre a existência de fenômenos situados além das percepções objetivas.(MACHADO, 2019, p. 167)

Os/As profissionais de Serviço social, de acordo com o artigo, podem direcionar as camadas populares a se reconhecerem como sujeitos, e nessa

“campanha” a educação popular vem como uma importante aliada, tanto diante do debate político-ideológico, como no teórico-metodológico que se opõe a hegemonia dominante.

No artigo **“Dimensões históricas das relações educação e serviço social: elementos para uma revisão crítica”**, os autores afirmam existir uma afinidade entre educação e Serviço Social no que se refere a proteção social, aos riscos sociais, etc. E que essas relações se intensificam a partir de 1990. Essa intensificação ocorre através de lutas da categoria profissional de Serviço Social para que fosse reconhecido nessa área de atuação.

De maneira pontual e objetiva considera-se que na constituição histórica das relações entre Serviço Social e Educação ocorreram significativas mudanças de ênfase nas racionalidades políticas e nas formas de intervenção ao longo do último século. Ainda que o debate sobre as proteções sociais e o combate às desigualdades seja uma constante, pode-se notar que há uma intensificação, a partir da década de 1990, não somente da ampliação da relação Educação e Serviço Social, mas sobretudo da prerrogativa que abarca as prevenções do risco social, numa lógica de proteção social. (Dentz; Silva, 2015, p.12)

Essa relação de Serviço Social e educação é e sera por muito tempo, um campo de tensões. Já que a inserção de um/a assistente social dentro de uma escola, esbarra com muitos interesse (de forma contraria) do capital e da classe dominante.

Buscou-se identificar os/as principais referências teóricas mobilizadas nos artigos, de maneira que listamos como os/as autores/as mais usados/as para tratar do debate teórico sobre a educação: Paulo Freire (em 2 artigos), Instván Meszáros (em 3 artigos), Demerval Saviani (em 2 artigos), Florestan Fernandes (em 2 artigos), Kátia Lima (em 3 artigos) e Roberto Leher (em 3 artigos).

A compreensão de educação, a partir desses/as autores/as, é a de que a educação possui uma função política, que não se resume somente em ensinar o que já vem definido para passar aos/às alunos/as e sim ensiná-los/as de acordo com a realidade. Onde um caminho para a emancipação humana possa ser traçado, através da conscientização política, definindo assim a função social e política da educação.

Para esses autores/as, o papel da educação não deve ser somente o de passar e depositar conhecimento, mas também de problematizar a realidade vivida, fazendo com que os alunos tenham consciência da situação de opressão

que vivem, e se organizarem para construir alternativas. Dando a eles a capacidade de reconhecer essa realidade de oprimidos, mas também de agir para a construção de uma nova sociedade sem explorados e exploradores.

Tais autores também apontam o fato de existir um dualismo educacional, por existirem dois tipos de educação, sendo uma educação voltada para a burguesia (escolas particulares, via de regra) manter seu *status* de dominação e a outra vem com o propósito de preparar os indivíduos da classe trabalhadora para o mercado de trabalho (geralmente, escolas públicas). Levando assim, as escolas a reproduzirem a desigualdade social e destacarem seu papel de aparelho ideológico do Estado.

Para os autores citados, o ensino se resume em (re)produzir um tipo de saber que mantenha a ordem societária vigente e não em possibilitar aos que fazem parte desse processo a absorção de conteúdos capazes de instigar a crítica social e a transformação do meio onde vivem, gerando um lugar de oportunidades iguais.

Também é apresentada a compreensão de que os processos de ensino e aprendizado não estão restritos ao espaço escolar. Além do que, muitas vezes, o fracasso escolar está ligado a fatores externos, relacionados a saúde, fatores psicológicos e cognitivos, realidade familiar, etc. Daí a afirmação de que as expressões da questão social também se materializam nessas instituições.

Compreendo que há certa validade na escolha do que é passado em termos de conteúdo e saberes aos alunos/as. O acesso ao conhecimento não é um problema em si, a questão a ser problematizada é: a que serve a escolha desses conteúdos e saberes (que, via de regra, repassa o conhecimento necessário para a qualificação para o mercado de trabalho, prioriza aquilo que legitima a ordem vigente)? E como a sociedade avaliará o nível de conhecimento adquirido (ligado ao sucesso de ingressar em uma faculdade ou para conseguir um emprego)?

O que se espera, no bojo dessas elaborações teóricas aqui apresentadas, é que durante esse processo de aprendizagem, os indivíduos sejam preparados para analisar de uma forma mais profunda a realidade, onde ele possa julgar, opinar e agir. E isso deve ser trabalhado na escola, preparando assim um cidadão para o futuro, que não será somente um indivíduo para a sociedade manipular.

Sobre as/os autores/as mais utilizados/as para tratar, especificamente, da política de educação foram citadas: Lucia Camini (em 2 artigos), Ivo Tonet (em 3 artigos) e Janete Azevedo (em 2 artigos).

A compreensão de educação, a partir desses/as autores/as, é a de entender a política de educação dentro da lógica do capital, tendo em vista a velha luta de classes e disputas de interesses.

As políticas públicas, dentre elas a política educacional, poderia levar a sociedade a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, para seguir a lógica do capital, o que ocorre é o contrário. A política educacional está inserida em uma realidade contraditória, cujas relações de forças variam e dependem do contexto econômico, dos interesses do Estado e das classes sociais.

A escola pública que temos é a escola que a classe dominante permite que o Estado implemente. Pensando quem reformula as políticas educacionais, as reformas que ocorrem dentro delas, é perceptível, cada vez mais, que a intenção de elaborar políticas educacionais eficientes não existe. Temos, a partir desse interesses da classe dominante, uma educação pensada para os trabalhadores, uma educação onde as políticas educacionais não são pensadas para possibilitar a formação do indivíduo em todas suas dimensões, mas uma educação instrumental, tecnicista, que é voltada para a formação de mão de obra especializada para atuar no mercado de trabalho.

A educação passa a ser voltada para atender as demandas do mercado e ser instrumento de controle social, sendo uma mercadoria dentro do sistema capitalista, ao invés de ser um mecanismo de emancipação humana, a educação passa a ser mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.

No que tange as elaborações teóricas sobre o trabalho profissional nestes artigos, em 2 trabalhos foi referenciada no debate a professora Ivanete Boschetti.

A partir da análise feita, tentou-se compreender e identificar quais seriam as possíveis competências e atribuições do Serviço Social na área da educação básica. Conforme o CFESS (2001), os possíveis problemas sociais a serem “combatidos” pelo/a assistente social na área de educação seriam: Evasão escolar; Desinteresse pelo aprendizado; Problemas com disciplina; Insubordinação com qualquer limite ou regra escolar; Exposição às drogas; Atitudes e comportamentos agressivos. Mostrando assim, que o/a assistente

social é capaz de introduzir programas pensando na prevenção dos conflitos sociais, tão presentes dentro desses espaços.

Primeiramente, é preciso lembrar que o caráter educativo do trabalho profissional no Serviço Social é notável, já que qualquer ação de tal profissional vem sempre acompanhada do diálogo, da escuta (que deve carregar o conhecimento adquirido durante a formação, assim como a ética profissional) da informação, enfim, da troca que ocorre entre o/a profissional e o/a usuário/a. Fazendo-se presente essa característica também no campo da educação.

Nessa área de atuação, de acordo com os artigos, o (a) assistente social atua no âmbito da garantia ao acesso do/a usuário/a à educação formal, assim como na garantia da permanência e da valorização da gestão democrática. Problematizados no capítulo anterior como a educação formal, no modo de produção capitalista, tende à servir aos interesses de dominação da burguesia, buscando qualificar a força de trabalho para o mercado e consolidar consensos que legitimem a sociabilidade burguesa. Contudo, compartilhamos da ideia de que assim como tantas outras instituições, a educação formal escolarizada também pode ser um espaço de disputa. Dessa maneira, legitimamos o papel da mesma de repassar o conteúdo historicamente construído pela humanidade mas, no sentido de que tal conteúdo vá muito além da formação para o mercado, para o capital. A educação formal precisa ser direcionada para a formação humana, política, social e cultural.

Também é papel do (a) assistente social executar programas sociais incorporados ou associados às instituições educacionais. Tais como: Realizar pesquisas sociais, envolvendo as informações econômicas e familiares. Elaborar programas de orientação social, com o intuito de prevenir a evasão e repetência escolar. Elaborar programas e projetos que tenha como objetivo a prevenção e combate à violência, alcoolismo, drogas e outras mazelas sociais. Fazer a articulação com demais instituições da rede, com a finalidade de encaminhar pais e alunos, de acordo com cada necessidade. Ampliar os conhecimentos sobre a realidade social e familiar de cada aluno, de maneira que possa passar a assisti-lo e acompanhá-lo adequadamente, entre outros (LESSA, SIMONE, 2013).

É citado também no artigo “Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica”, a importância

do (a) assistente social no espaço escolar, para ter uma percepção em torno das expressões da questão social presente nos espaços educacionais, podendo assim fazer a abordagem correta diante de diferentes casos que surgem nesses espaços. Identificando todo o contexto da realidade vivida pelo aluno, suas condições de vida, sua percepção sobre a escola, suas condições de permanência na mesma, e etc. São essas atitudes que a escola e profissionais ali presentes não conseguem fazer por não serem capacitados para isso.

Mas a inserção do assistente social é uma realidade em poucas escolas. O pouco que consegui levantar, através de contato realizado com escolas particulares de Mariana e em relação a ensino fundamental, foi a existência de assistentes sociais dentro de escolas particulares, e sua atuação se resumia em avaliar processos de pedido de bolsa. Esse levantamento feito no segundo semestre de 2018 através de contatos com a secretaria de educação de Mariana, junto ao CRESS-MG e a prefeitura de Belo Horizonte, para averiguar se havia algum/a assistente social atuando dentro de escola públicas. Essa falta de profissionais que vai além dos já existentes dentro das escolas (professores, diretores, monitores e etc.) acaba sobrecarregando a escola, já que a escola passa a assumir o papel de trazer soluções para as demandas que vão além do espaço escolar e dos processos de aprendizado.

De acordo com o artigo “A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuição para este debate” (Lessa), ao responder as demandas do trabalho, sem o menor suporte e profissionais capacitados para isso, a escola acaba tendo um modelo precário de ensino.

Improvando respostas a questão social que, ao serem negligenciadas ou mal abordadas acabam implicando em sérias lacunas na formação. Já que, as dificuldades e particularidades de cada aluno não são levadas em conta diante das dificuldades de aprendizado e de permanência desses alunos.

Não se trata de defender que a solução dessas problemáticas estaria garantida com a presença de um/a assistente social. Trata-se de reconhecer o quanto a bagagem teórica, política e interventiva desse profissional poderia contribuir para um atendimento mais integral dos alunos.

Atenta a pertinência dessas discussões, a categoria profissional e sua representação no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) elaborou um

documento denominado “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”.

Para entender a construção destes subsídios, não se pode deixar de lado o processo histórico de incidência política do Conjunto CFESS-CRESS no debate do Serviço Social na Educação, com inclusão de ações sistemáticas na agenda de lutas a partir de 2000, tendo como destaque: 2000: produção do Parecer Jurídico 23/2000, elaborado pela Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do CFESS, sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, relacionando a pertinência da inserção do Serviço Social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993 e também das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual; Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação [...] (CFESS, 2000)

Na atualidade brasileira, coloca-se um debate junto à sociedade civil sobre a necessária inserção do Serviço Social em escolas. Existe um projeto de Lei (PL) PL.3688/2000, apresentado na câmara dos deputados em 2000, de autoria do deputado José Carlos Elias (PTB/ES), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicólogos e Serviço Social nas escolas públicas de educação básica.

A PL tramitou na Câmara entre 2000 e 2007 na comissão de Educação e Cultura (CEC) e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), foi aprovado nas Comissões de Educação (CE) e Comissão de Assuntos Sociais (CAS) entre 2007 e 2009. Apreciado e aprovado no Plenário do Senado em dois turnos em 2009/2010.

Em 2010 o PL retornou a câmara para a tramitação na CSSF (Comissão de Seguridade Social e Família), CE E CCJC. A PL foi aprovada na CSSF em abril de 2012, na CE em julho de 2013 e na CCJC em julho de 2015. Em 2015 é aprovado novamente pelo CCJC. Em setembro desse ano o projeto de lei foi aprovada, em 8/10/2019 o atual presidente veta a aprovação de tal projeto de lei, o argumento utilizado foi de que havia inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Essa decisão ainda será analisada por deputados e senadores.

Em site oficial da câmara de deputados registra-se o texto a seguir:

A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha

indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do artigo 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei 13.707, de 2018)”, diz a justificativa do veto. (SENADO, 2019, s/p)

No Dia 27 de novembro de 2019, o veto foi derrubado durante sessão conjunta do Congresso Nacional.

Toda essa dificuldade para a inserção de tais profissionais no âmbito da educação, dando ênfase aqui ao assistente social, nos leva a inúmeros questionamentos. Como o papel que a escola tem dentro de uma sociedade capitalista (o que já foi abordado no capítulo anterior), o papel que o serviço social desempenha dentro dessa mesma sociedade, e já que estamos em tempos de diminuição de direitos, o campo de trabalho ao (a) assistente social cada vez mais é foco de redução, pelo governo atual. Mas ainda assim, é um projeto de lei que está em pauta desde 2000 e ainda assim não teve efetivação. Fica o questionamento do motivo pelo qual a inserção do profissional de educação não é obrigatória em escolas públicas, do motivo que ainda se encontra resistência para que isso ocorra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicia-se esse trabalho tratando sobre os fundamentos do trabalho e educação dentro da sociedade capitalista. Trazendo a concepção de trabalho a partir dos fundamentos ontológicos da categoria trabalho, de acordo com a visão de Marx e Engels. Vimos que é a partir da interação que homens e mulheres realizam com a natureza que os/as mesmos/as produzem não somente bens materiais, mas, também produzem, reproduzem e mudam a si mesmo e suas relações sociais dentro desse processo.

Sendo assim, a concepção de trabalho aparece como Fundamento da vida social, fazendo a relação ser social e natureza acontecer. Essa relação de transformação da natureza, com o passar do tempo, muda sua estrutura, e faz emergir a divisão social do trabalho. Surgem diferenças entre interesses individuais e coletivos, o que levou as contradições existentes entre quem dispõe dos meios de produção material, e quem possui somente sua força de trabalho como matéria disponível para venda. Sendo assim, a classe que possui os meios de produção criam mecanismos que asseguram a dominação sob outra classe.

Dentro dessa realidade de dominação de uma classe sob outra é importante frisar que educação (enquanto esfera da vida social) e trabalho (enquanto categoria fundante do ser social) estão relacionados entre si, exercendo grande influência um sob o outro, e sendo afetados pelas contradições da sociedade capitalista. Influência essa que leva a educação a não ter como exercer um de seus papéis fundamentais, o de emancipação humana, e sabe-se que isso ocorre, para que a dominação sob a classe trabalhadora se mantenha. E já que a sociedade capitalista é uma sociedade mercantilizada, qualquer área passa a ser alvo dessa mercantilização, e a educação não escapa dessa realidade, sendo assim, o objetivo maior da educação é o de preparar as pessoas para o mercado de trabalho.

É quando se entra em uma escola que o indivíduo passa a ter seu primeiro contato com regras além das que são dadas dentro de sua casa, normas e objetivos que são estabelecidos para ele pela sociedade. Por isso se faz tão importante pensar em como a educação está formulada e como ela deveria ser, já que exerce grande influência nos indivíduos. Pensando assim, a educação

deveria levar a formação da consciência socialista, pois é importante que a ideia de educação esteja vinculada na ideia de transformação social e não na ideia de manutenção da ordem de exploração vigente.

Se tem dois tipos de instituições de ensino, que são as instituições públicas e as instituições privadas. A primeira é mantida e administrada pelo poder público, a segunda administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. É dado ênfase aqui a educação pública, administrada pelo poder público, ou seja, existem para essa administração ocorrer as políticas educacionais.

Quando refere-se a essas políticas, se fala dos processos e mecanismos criados pelo Estado para manter e controlar as relações capitalistas. Onde esses conjuntos de políticas educacionais, são demarcados pela forma de organização do Estado e sua relação com a sociedade. Formando-se a partir dessas políticas um tecido social onde os saberes, os discursos, a ordem, a ideologia e o controle se manifestam dentro da realidade com seus aspectos objetivos e subjetivos, ocorrendo ações totalmente políticas a serviço de determinadas emergências educacionais, sociais, políticas e econômicas.

Portanto, essas políticas educacionais, estando dentro de uma sociedade capitalista, são formuladas a partir de princípios que subordinam a educação a ter uma função social e política de uma forma completamente conservadora e de fácil manipulação, levando as políticas educacionais a legitimarem e reproduzirem valores e ideologias dominantes.

Sabe-se que o/a profissional de Serviço Social, atua dentro das políticas públicas e a política educacional sendo uma dessas políticas, pode-se considerar como um campo de inserção possível para a profissão à política de educação. Sendo esse um possível campo de atuação do/a assistente social tem em vista que as escolas são espaços onde se expressa a questão social. Necessitando assim de um/a profissional capacitado para lidar com essa realidade.

É através de todo esse contexto citado acima, que abordar o tema sobre o Serviço Social inserido em escolas públicas se faz importante. Em uma realidade cada vez mais desigual, a educação se torna cada vez mais importante na vida dos indivíduos e, por ser importante, é umas das categorias de direito mais afetadas pelo interesses da classe dominante. A educação sendo capaz de

transformar, de desenvolver o senso crítico dos indivíduos, de mudar a visão alienada para uma consciente do que realmente ocorre na sociedade, soa como ameaça a uma classe que pretende manter a ordem e a dominação.

Debater sobre como um/a profissional de serviço social poderia colaborar para mudar a realidade escolar é de grande importância, mostrando como um profissional capaz de ir além dos muros das escolas, entendendo e acompanhando a realidade de vida de cada aluno, podendo a partir daí levar não somente a esse aluno, mas a família, os direitos que não se tem acesso. Proporcionando assim uma vida um pouco mais estabilizada, podendo assim colaborar para um melhor desenvolvimento escolar de cada aluno. Fora poder desenvolver projetos de conscientização para a escola, família, comunidade. Podendo levar essa visão mais ampliada sobre a realidade para esses indivíduos.

Após fazer esse levantamento bibliográfico sobre o tema e não encontrar assistentes sociais que realmente estejam inseridos/as nesse meio em nosso território/região fica o questionamento do que ainda falta para isso se torne uma realidade. Talvez uma maior união da própria categoria para debater e lutar para que isso ocorra, ou que essa colaboração que o/a assistente social poderia levar as escolas, seja apresentada e debatida com a sociedade.

## REFERÊNCIAS

Carvalho, D. Carvalho, R. Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras. Revista Katálysis, Florianópolis, vol 22, n3, set/dez 2019. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000300457&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000300457&script=sci_arttext&tlng=pt) > Acesso em: 2019

Dentz, M; Silva, R. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. Revista Serviço Social e sociedade, São Paulo, n121, p.7-31. Jan/mar 2015  
Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0007.pdf>> Acesso em: 2019

Iamamoto, M; Carvalho, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Lessa, Simone. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para esse debate. Revista Serviço Social e sociedade, São Paulo, n13, p.106-130. Jan/mar 2013.  
Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n113/n113a05.pdf>> Acesso em: 2019

Machado, A. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Revista Serviço Social e sociedade, São Paulo, n. 109, p. 151-178. 2012.  
Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a09n109.pdf> > Acesso em: 2019

Meszáros, I. A educação para além do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo,2008.

Moreira, C. Disputa político-econômicas em torno da democratização educacional brasileira no século XXI. Revista Katálysis, Florianópolis. N 3, p 447-456. Edição: 19.06.2019  
Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802019000300447](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000300447)> Acesso em: 2019

Saviane, Demerval. Escola e democracia. 32.ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 1999.

SENADO. Bolsonaro veta atendimento de psicólogo e assistente social nas escolas públicas. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/596942-bolsonaro-veta-atendimento-de-psicologo-e-assistente-social-nas-escolas-publicas/> >. Acesso em: 29/11/2009.